



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

PROCURADOR JURÍDICO

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse Concurso ou Processo Seletivo.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão ser armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal. Somente devem permanecer em posse do candidato caneta esferográfica de material transparente com tinta azul ou preta de ponta grossa, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a imediata exclusão do candidato.
3. Verifique se o cargo constante na capa deste caderno é aquele para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os dois últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. Nenhuma informação sobre o conteúdo das questões será dada pelo fiscal.
8. No caderno de prova, o candidato poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse Concurso ou Processo Seletivo.
10. Certifique-se de que este caderno contém 40 (quarenta) questões. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala a sua substituição.

Boa prova!



Instrução: As questões de números 01 a 09 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

A lei em conflito com crianças

Por Tiago de Toledo Rodrigues

01 Inquestionavelmente, os graus de insegurança, violência e impunidade, no Brasil, são
02 elevados. Também nos parece indiscutível que os episódios de desrespeito aos direitos humanos
03 fundamentais envolvendo adolescentes – como autores ou vítimas –, inadmissíveis em uma
04 sociedade que se ambiciona civilizada, são frequentes.

05 Houve um recrudescimento da violência, sobretudo nos grandes centros urbanos onde se
06 constata um crescimento exponencial das apreensões por atos infracionais, cada vez mais graves.
07 Dados da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e do IPEA (Instituto
08 de Pesquisa Econômica Aplicada) registram um aumento de 544,16%, entre os anos de 1996 e
09 2013, na população de adolescentes em regime de privação de liberdade – medida que pressupõe
10 a prática das mais graves infrações.

11 Ao mesmo tempo, conforme o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo,
12 no período de 1980 a 2006, o número de casos de violência policial, no Brasil, aumentou 56,25%.

13 É igualmente certo que os mecanismos de prevenção e punição da violência, de preservação
14 da paz e de garantia do respeito aos direitos dos menores de dezoito anos, tal como empregados
15 até o momento, foram incapazes de propiciar condições de harmonia e segurança que afiancem
16 uma saudável vida coletiva, e evitem a ocorrência de fatos graves como os testemunhados
17 recentemente.

18 Sem dúvida o aperfeiçoamento do sistema, lastreado em diagnósticos indubitáveis, exige
19 mudanças no conjunto normativo que atinge, imediata ou mediamente, a proteção integral de
20 crianças e adolescentes.

21 Mas infelizmente o horizonte não exhibe indicadores de alterações sistêmicas positivas
22 e eficientes. Entretanto, não é preciso aguardar o surgimento de mudanças legislativas para
23 aperfeiçoar a execução do sistema da proteção integral e implementar sua doutrina de maneira
24 efetiva e qualificada.

25 Sabidamente, muitos dos atos infracionais são fruto da cooptação feita por imputáveis, que
26 aliciam menores, induzindo-os, instigando-os e auxiliando-os ____ infracionar. Não é raro que
27 estes recrutamentos iniciem adolescentes no ambiente infracional que, posteriormente, terão
28 extrema dificuldade de exonerar.

29 Neste ponto, família, sociedade e Estado têm papel fundamental a desempenhar. O
30 aliciamento infracional encontra espaço e fertilidade onde o acompanhamento familiar, o amparo
31 comunitário e a rede de atendimento público deixaram lacunas.

32 E esta importante função se inicia dentro de cada lar, com a educação familiar. Refiro-me
33 ____ transmissão de valores e princípios, feita de uma geração para outra, que semeia, desde os
34 primeiros dias de vida, compreensão, solidariedade, respeito, consideração, compaixão e limites,
35 entre outros inúmeros conceitos sem os quais seria impossível – ou muito difícil, no mínimo – a
36 vida em sociedade.

37 Esta educação familiar, base de todo processo educativo do ser humano, é insubstituível.
38 Pode ser sedimentada, ampliada e fortalecida pela educação formal fornecida pelo Estado (rede
39 pública) ou sociedade (rede privada), mas é única e imprescindível. Nenhum Estado do mundo,
40 por mais aperfeiçoado que seja, conseguira suprir integral e plenamente a ausência de uma mãe
41 ou um pai.

42 Para permitir que este fundamental papel seja exercido pela família, dispomos de uma série
43 de ferramentas jurídicas e sociais, que envolvem a rede pública de atendimento ____ saúde,
44 assistência social e emprego; orientação, apoio e acompanhamento sociofamiliar; apoio
45 socioeducativo; inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e
46 promoção da família, da criança e do adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico
47 ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou
48 comunitário de auxílio, orientação e tratamento ____ alcoólatras e toxicômanos; abrigo em
49 entidade; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar; e colocação
50 em família substituta.

51 Além disso, é importante ter em mente que jamais acabaremos, de maneira absoluta e
 52 definitiva, com os atos infracionais ou crimes. Infelizmente não há medida milagrosa que nos
 53 permita acabar, vez por todas, com todas as infrações.
 54 Entretanto, é possível concluir: o conflito com a lei somente germina e floresce onde, dentre
 55 outros aspectos, a educação familiar falta.

(<http://www.jurisite.com.br/textosjuridicos/texto836.html> – texto adaptado especialmente para esta prova)

QUESTÃO 01 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 26, 33, 43 e 48, considerando as regras para ocorrência de crase.

- A) à - aquela - à - a
- B) a - àquela - a - a
- C) à - àquela - à - à
- D) a - àquela - à - a
- E) a - aquela - a - à

QUESTÃO 02 – Analise as assertivas abaixo sobre os seguintes sinais de pontuação do texto:

- I. O travessão da linha 09 é utilizado para separar uma frase explicativa e poderia ser substituído por uma vírgula sem alteração na estrutura da frase.
- II. Na linha 14, a omissão da vírgula implicaria na separação incorreta de sujeito e verbo.
- III. A segunda vírgula da linha 29 separa um aposto.
- IV. Entre as linhas 42 e 50, o emprego do ponto e vírgula foi realizado para separar orações coordenadas.
- V. Na linha 54, o emprego dos dois-pontos se justifica por haver uma citação em seguida.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e V.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) Apenas III, IV e V.

QUESTÃO 03 – Assinale a alternativa INCORRETA sobre a acentuação de palavras do texto.

- A) As palavras 'violência' e 'imputáveis' são paroxítonas, contudo não são regidas pela mesma regra.
- B) A palavra 'saúde' recebe acento agudo por ter o *u* tônico em hiato com vogal anterior.
- C) 'há' recebe acento por ser um monossílabo tônico terminado em *a*.
- D) O verbo 'têm' (l. 29) tem acento circunflexo porque está conjugado na terceira pessoa do plural do presente do indicativo.
- E) A palavra 'educação' é acentuada por ser um vocábulo oxítono terminado em *-ão*.

QUESTÃO 04 – Analise as afirmações abaixo sobre substituições de palavras do texto, considerando apenas os aspectos semânticos, e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Desconsiderando os ajustes estruturais na frase, a palavra 'recrudescimento' (l. 05) poderia ser substituída por 'intensificação'.
- () Na linha 18, 'indubitáveis' poderia ser substituído por 'incontestáveis', haja vista serem sinônimos.
- () 'cooptação' (l. 25) poderia ser substituído por 'atração', pois ambas têm o sentido de 'aliciar' ou 'envolver alguém e fazer participar de algo'.
- () Na linha 38, 'sedimentada' tem como significado 'torna-se sólido' e poderia ser substituída corretamente pela palavra 'consolidada'.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V - F - V - F.
- B) V - V - V - V.
- C) V - F - F - V.
- D) F - V - F - F.
- E) F - F - V - V.

QUESTÃO 05 – Assinale a alternativa que apresenta a reescrita correta do seguinte parágrafo, considerando a compreensão obtida após a leitura do texto:

Entretanto, não é preciso aguardar o surgimento de mudanças legislativas para aperfeiçoar a execução do sistema da proteção integral e implementar sua doutrina de maneira efetiva e qualificada. (l. 22-24).

- A) Não é preciso, portanto, aguardar o surgimento de mudanças legislativas para aperfeiçoar a execução do sistema da proteção integral e implementar sua doutrina de maneira efetiva e qualificada.
- B) Para aperfeiçoar a execução do sistema da proteção integral e implementar sua doutrina, de maneira efetiva e qualificada não é preciso aguardar o surgimento de mudanças legislativas.
- C) Todavia, para aperfeiçoar a execução do sistema da proteção integral e implementar sua doutrina de maneira efetiva e qualificada, não é preciso aguardar o surgimento de mudanças legislativas.
- D) Não é preciso aguardar o surgimento de mudanças legislativas, conquanto a execução do sistema da proteção integral e implementar sua doutrina de maneira efetiva e qualificada seja aperfeiçoada.
- E) Embora não seja preciso aguardar o surgimento de mudanças legislativas, a execução do sistema da proteção integral e implementar sua doutrina de maneira efetiva e qualificada devem ser aperfeiçoadas.

QUESTÃO 06 – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando os verbos às suas ações temporais.

Coluna 1

1. Fato atual.
2. Fato passado concluído.
3. Fato passado anterior a outro também passado.
4. Fato a ser realizado.
5. Fato futuro situado no passado.

Coluna 2

- () **exige** mudanças no conjunto normativo... (l. 18-19).
- () é importante ter em mente que jamais **acabaremos**... (l. 51).
- () Nenhum Estado do mundo, por mais aperfeiçoado que seja, **conseguiu** suprir integral e plenamente... (l. 39-40).
- () o amparo comunitário e a rede de atendimento público **deixaram** lacunas. (l. 30-31).

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 5 – 2 – 3 – 1.
- B) 4 – 3 – 2 – 1.
- C) 1 – 5 – 2 – 3.
- D) 1 – 4 – 3 – 2.
- E) 3 – 2 – 1 – 4.

QUESTÃO 07 – Das alternativas abaixo, qual apresenta a relação INCORRETA entre o termo destacado e sua classificação?

- A) os episódios **de desrespeito** (l. 02). – *Complemento nominal*.
- B) Dados da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) registram **um aumento de 544,16%** (l. 07-08). – *Objeto indireto*.
- C) o conflito **com a lei** somente germina e floresce onde, dentre outros aspectos, a educação familiar falta (l. 54-55). – *Complemento nominal*.
- D) Para permitir que este fundamental papel seja exercido **pela família** (l. 42). – *Agente da passiva*.
- E) Sabidamente, muitos dos atos infracionais são fruto da cooptação feita por imputáveis, que aliciam menores, induzindo-**os**, instigando-**os** e auxiliando-**os** ___ infracionar (l. 25-26). – *Objeto direto*.

QUESTÃO 08 – Analise as assertivas abaixo sobre o que se apreende do texto:

- I. No texto, o autor considera que a educação advinda da família é fundamental, mas que o Estado tem papel importante na construção do sujeito, dando suporte em relação a ações que auxiliem na estrutura familiar.
- II. Os atos infracionais cometidos por menores podem ser erradicados quando a sociedade se comprometer com o processo de formação do sujeito.
- III. De acordo com as ideias apresentadas pelo autor, as mudanças almejadas em relação aos menores infratores não necessitam obrigatoriamente de alterações na legislação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 09 – De acordo com o texto, analise as afirmações abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () O parágrafo inicial apresenta o tema central que será discutido ao longo do texto, a saber, a violência envolvendo menores e o que fazer para mudar essa realidade.
- () No quarto parágrafo, o autor deixa claro que os meios utilizados até agora para conter atos de violências e amparar os menores foram insuficientes para assegurar que a vida em sociedade seja proveitosa.
- () Os parágrafos contidos entre as linhas 25 e 36 apresentam a ideia de que o aliciamento de menores ao crime pode ser evitado quando o núcleo familiar realiza o papel de educar.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V.
- B) V – V – F.
- C) F – V – F.
- D) F – F – V.
- E) V – F – V.

QUESTÃO 10 – Sobre as formas de tratamento utilizadas nas correspondências oficiais, analise as assertivas abaixo:

- I. *Vossa Excelência* é um pronome empregado aos cargos referentes aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- II. Para os Chefes dos três poderes citados acima, o vocativo correto a ser empregado é *Excelentíssimo Senhor* + cargo. Ex.: *Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal*.
- III. Em relação às demais autoridades e para particulares, deve-se utilizar a forma *Vossa Senhoria*.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11 – Relacione os personagens ilustres do Rio Grande do Sul às suas biografias.

Personagens

		
1. José Mariano da Rocha Filho	2. Rubem Berta	3. João Belchior Marques Goulart

Biografias

- () Conhecido popularmente como "Jango", foi um advogado e político brasileiro, 24º presidente do Brasil, de 1961 a 1964. Nasceu na cidade gaúcha de São Borja, sendo uma de suas frases: "Não troco um só trabalhador brasileiro por cem desses grã-finos arrumadinhos".
- () Foi um médico e educador brasileiro. Foi professor e o responsável pela fundação e instalação da Universidade Federal de Santa Maria, em 1960, sendo seu primeiro reitor. Ele costumava dizer que "há no Brasil uma forma intolerável de colonialismo, a do colonialismo universitário".
- () Nascido em Porto Alegre em 5 de novembro de 1907, foi um empresário brasileiro que ocupou a presidência da Varig.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 2 – 3.
 B) 3 – 1 – 2.
 C) 3 – 2 – 1.
 D) 1 – 3 – 2.
 E) 2 – 3 – 1.

QUESTÃO 12 – A emancipação e a criação do Município de Sarandi ocorreram em 27 de junho de 1939. Dentre os nomes que compuseram a comissão emancipacionista, NÃO está:

- A) Alberto Castelli.
 B) Armínio da Silva.
 C) João Piccini.
 D) Próspero Anschau.
 E) Vitério Sassi.

QUESTÃO 13 – O Município de Sarandi, quando recém-instalado, contava com uma população em torno de 35.000 habitantes, em um território de 3.165 km, divididos em quatro distritos. Assinale a alternativa que corresponde ao Distrito que foi criado posteriormente a esse período.

- A) Constantina.
 B) Liberato Salzano.
 C) Nonoai.
 D) Rondinha.
 E) Sede.

QUESTÃO 14 – Os primeiros moradores de Sarandi se instalaram no município encontrando muitas dificuldades, principalmente na obtenção de alimentos, pois as terras, embora férteis, eram cobertas de matas, sem contar a localização geográfica, distante dos centros populacionais. Esses moradores eram fugitivos da:

- A) Guerra dos Farrapos.
 B) Guerra do Paraguai.
 C) Guerra de Canudos.
 D) Revolução Federalista de 1893.
 E) Revolução Farroupilha.

QUESTÃO 15 – No que se refere ao Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Permaneceu no poder por 19 anos, de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954.
 B) Foi chamado de "o pai dos pobres".
 C) Em 1903, ingressou na faculdade de Economia, em Porto Alegre, concluindo o curso em 1907, voltando em seguida para São Borja.
 D) Getúlio Vargas ingressou na política como Deputado Estadual, após, ocupou os cargos de Deputado Federal, Ministro da Fazenda e Governador do Rio Grande do Sul.
 E) Em 1954, isolado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, redigiu seu testamento e suicidou-se com um tiro no peito.

Para a resolução das questões desta prova, considere os seguintes detalhes: (1) o mouse está configurado para uma pessoa que o utiliza com a mão direita (destro) e usa, com maior frequência, o botão esquerdo, que possui as funcionalidades de seleção ou de arrastar normal, entre outras. O botão da direita serve para ativar o menu de contexto ou de arrastar especial; (2) os botões do mouse estão devidamente configurados com a velocidade de duplo clique; (3) os programas utilizados nesta prova foram instalados com todas as suas configurações padrão, entretanto, caso tenham sido realizadas alterações que impactem a resolução da questão, elas serão alertadas no texto da questão ou mostradas visualmente, se necessário; (4) no enunciado e nas respostas de algumas questões, podem existir palavras que foram digitadas entre aspas, apenas para destacá-las. Nesse caso, para resolver as questões, desconsidere as aspas e atente-se somente para o texto propriamente dito; e (5), para resolver as questões desta prova, considere, apenas, os recursos disponibilizados para os candidatos, tais como essas orientações, os textos introdutórios das questões, os enunciados propriamente ditos e os dados e informações disponíveis nas Figuras das questões, se houver.

QUESTÃO 16 – Elisângela estava digitando um documento no Word 2013 e utilizou os seguintes comandos de teclado: Ctrl + T, Ctrl + B e Ctrl + P, que correspondem, respectivamente, às funções:

- A) Selecionar Tudo, Salvar e Imprimir.
- B) Letras Maiúsculas, Negrito e Cor da Fonte Preto.
- C) Mostrar Tudo, Subscrito e Salvar.
- D) Itálico, Abrir e Pincel de Formatação.
- E) Tabulação, Cortar e Colar.

QUESTÃO 17 – Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas, sobre o Power Point 2013.

- () Já possui alguns modelos e temas internos. Ao selecionar a opção Novo, disponível na guia Arquivo, ele trará a opção de Apresentação em Branco e os outros modelos de Slides disponíveis.
- () É possível criar, visualizar e mostrar apresentações de slides que combinam texto, formas, imagens, gráficos, animações, tabelas, vídeos e muito mais.
- () Para iniciar uma apresentação, você pode ir até a guia Apresentação de Slides e no grupo Iniciar Apresentação de Slides e selecionar as opções de botão Do Começo e Do Slide Atual.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V.
- B) F – V – F.
- C) V – F – V.
- D) F – F – F.
- E) V – V – F.

QUESTÃO 18 – No LibreOffice Writer 5.1, o botão Localizar e Substituir é ativado através do comando de teclado:

- A) Ctrl + N
- B) Alt + C
- C) Ctrl + H
- D) Shift + B
- E) Alt + V

QUESTÃO 19 – Sobre os navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome e Internet Explorer, analise as assertivas abaixo:

- I. O recurso 'Sites Sugeridos' é um serviço online que o Internet Explorer 11 usa para recomendar sites de que talvez você goste, com base nos sites que você visita com frequência.
- II. O modo de navegação anônima abre uma nova janela na qual você pode navegar na Internet em privado sem que o Chrome guarde os sites visitados. Você Pode alternar entre uma janela de navegação anônima e qualquer janela de navegação normal do Chrome aberta.
- III. No Firefox, é possível escolher o mecanismo de pesquisa padrão. O Firefox irá usá-lo na barra de localização, barra de pesquisa e na página inicial.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 20 – Com base na Figura abaixo, que mostra parte de uma planilha feita no Excel 2013, analise as seguintes assertivas:

	A	B	C	D	E
1					
2		2	1	3	
3		4	3	7	
4		6	5	11	
5		8	7	15	
6					

- I. Na célula E2, se for digitada a fórmula =SOMA(B2:D5), o resultado apresentado será 17.
- II. Se as células que possuem valores forem selecionadas e, após, for clicado no botão Autosoma, na célula B6 o valor apresentado será 20, na célula C6 será mostrado o valor 16 e na célula D6 será apresentado o valor 36.
- III. Na célula E3, se for digitada a fórmula =SOMASE(B2:D5;7), o resultado mostrado será 2.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21 – Quanto à Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário frustrar a licitude de concurso público.
- B) Tendo em vista a nova redação do artigo 17, § 1º da Lei nº 8.429/1992, é permitida transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa.
- C) A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar a suspensão do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
- D) Constitui crime punível com detenção de seis a dez meses e multa a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- E) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 podem ser propostas até cinco anos após a data de conhecimento do ato de improbidade praticado por agente no exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

QUESTÃO 22 – Acerca do concurso, previsto na Lei Geral de Licitações (nº 8.666/1993), assinale a alternativa correta.

- A) O concurso pode adotar como tipo de licitação a de melhor técnica.
- B) Concurso é um tipo de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial.
- C) A Administração só poderá contratar, pagar, premiar ou receber projeto ou serviço técnico especializado desde que o autor ceda os direitos patrimoniais a ele relativos e a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento de concurso ou no ajuste para sua elaboração.
- D) Tanto no concurso, como nas demais modalidades de licitação, o julgamento não pode ser realizado por uma comissão especial, por ferir o princípio da impessoalidade, vedando-se, inclusive, a participação de pessoas que não sejam agentes públicos.
- E) Como o concurso possui nítido caráter subjetivo, seu julgamento não necessita seguir o princípio do julgamento objetivo, insculpido no artigo 3º da norma.

QUESTÃO 23 – Sobre as concessões, permissões e autorizações, assinale a alternativa correta.

- A) Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, à pessoa jurídica ou física que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- B) Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- C) Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública é a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo indeterminado.
- D) Concessão de serviço público é a outorga de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- E) Autorização de serviço público é a delegação, a título precário, mediante contrato administrativo, precedido necessariamente de pregão, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa jurídica, que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

QUESTÃO 24 – O mérito administrativo encontra-se em quais requisitos do ato administrativo?

- A) Objeto e motivo.
- B) Competência e forma.
- C) Finalidade e motivo.
- D) Motivo e competência.
- E) Objeto e finalidade.

QUESTÃO 25 – A alienação de bens da Administração Pública, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, é subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, sendo precedida de avaliação e, quando imóveis, depende de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos, EXCETO:

- A) Dação em pagamento.
- B) Investidura.
- C) Locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- D) Permuta, por outro imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- E) Alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.

QUESTÃO 26 – Caso um mandado de segurança tenha sido decidido em única instância pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e esta decisão tenha sido denegatória, o eventual recurso ordinário interposto deve ser julgado no:

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Superior Tribunal de Justiça.
- C) Próprio Tribunal Regional Federal.
- D) Conselho Nacional de Justiça.
- E) Não cabe recurso ordinário no presente caso.

QUESTÃO 27 – Quando um *Habeas Corpus* tiver como paciente um Desembargador de Tribunal de Justiça, a competência para processar e julgar, originariamente, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, é do:

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Superior Tribunal de Justiça.
- C) Próprio Tribunal de Justiça.
- D) Conselho Nacional de Justiça.
- E) Tribunal Regional Federal.

QUESTÃO 28 – Tanto a Constituição Federal quanto a do Estado do Rio Grande do Sul traz em seus textos um rol de direitos aplicáveis aos servidores públicos civis. Na Constituição Federal, por exemplo, esse rol vem previsto em seu artigo 39, § 3º. Qual das alternativas abaixo apresenta um direito aplicável a um servidor civil ocupante de cargo público presente na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, mas não na Constituição Federal?

- A) Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
- B) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- C) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e da remuneração, com a duração de cento e vinte dias.
- D) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- E) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

QUESTÃO 29 – De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, o processo legislativo compreende a elaboração de determinados atos e/ou instrumentos. NÃO está compreendido entre eles:

- A) Decretos legislativos.
- B) Leis ordinárias.
- C) Leis complementares.
- D) Medidas provisórias.
- E) Resoluções.

QUESTÃO 30 – De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal:

- A) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- B) Autorizar referendo e convocar plebiscito.
- C) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.
- D) Zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.
- E) Processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal por crimes de responsabilidade.

QUESTÃO 31 – De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, NÃO pode propor a ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal:

- A) A Mesa da Câmara Municipal.
- B) Entidade sindical.
- C) O Governador do Estado.
- D) A Mesa da Assembleia Legislativa.
- E) Associações de bairro legalmente constituídas há mais de um ano.

QUESTÃO 32 – Segundo dispõe o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), admite-se a denúncia da lide, promovida por qualquer das partes:

- A) Do afiançado, na ação em que o fiador for réu.
- B) Dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.
- C) Àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- D) Dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.
- E) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito alheio.

QUESTÃO 33 – No que tange à ação popular, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Ao despachar a inicial, o juiz ordenará, além da citação dos réus, a intimação do representante do Ministério Público.
- B) A sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 30 (trinta) dias do recebimento dos autos pelo juiz.
- C) O prazo de contestação é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental.
- D) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.
- E) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; nesse caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

QUESTÃO 34 – A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: o pagamento de quantia em dinheiro; a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel, ou, ainda, o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer. Em relação à ação monitória, assinale a alternativa correta.

- A) É inadmissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
- B) Inadmite-se a reconvenção na ação monitória.
- C) Na ação monitória, admite-se somente citação por correio.
- D) Cabe agravo contra a sentença que acolhe ou rejeita os embargos.
- E) O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo.

QUESTÃO 35 – Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexas com a ação principal ou com o fundamento da defesa. A respeito da reconvenção, analise as assertivas abaixo:

- I. Pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- II. A desistência da ação obsta o prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- III. São devidos honorários advocatícios na reconvenção.
- IV. O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas III e IV.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 36 – As comissões têm por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre eles a sua opinião e preparar, por iniciativa própria ou indicação do plenário, projetos de lei atinentes à sua especialidade, devendo sempre serem acompanhados do parecer jurídico da Câmara. De acordo com o Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Sarandi, NÃO é uma espécie de comissão a:

- A) Permanente.
- B) Especial.
- C) Extraordinária.
- D) Provisória.
- E) Representação.

QUESTÃO 37 – A Lei Orgânica do Município de Sarandi pode ser emendada mediante proposta de:

- A) Qualquer cidadão.
- B) Qualquer cidadão que comprove domicílio eleitoral no Município.
- C) Qualquer membro da Câmara Municipal.
- D) Um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- E) Dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

QUESTÃO 38 – Em relação aos bens públicos municipais e levando em consideração a Lei Orgânica do Município de Sarandi, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O uso de bens municipais por terceiros só poderá ser feito mediante permissão ou autorização a título precário e por tempo determinado conforme o interesse exigir, nunca superior a seis anos.
- B) A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por ato unilateral do prefeito através de decreto.
- C) A utilização e administração de bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esportes, serão feitos na forma da Lei e regulamentos respectivos.
- D) O município, preferentemente, na venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso mediante prévia autorização do Legislativo e concorrência pública.
- E) A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação, autorização legislativa e licitação.

QUESTÃO 39 – O Regimento Interno da Câmara Municipal de Sarandi expõe que as sessões podem ser plenárias, preparatórias, ordinárias, extraordinárias ou solenes. A sessão que instala a legislatura é a:

- A) Plenária.
- B) Preparatória.
- C) Ordinária.
- D) Extraordinária.
- E) Solene.

QUESTÃO 40 – Para os efeitos da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida: União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento); Municípios: 60% (sessenta por cento). Na hipótese de a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados:

- A) Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, incluindo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.
- B) Alteração de estrutura de carreira, mesmo que não implique aumento de despesa.
- C) Criação de cargo, emprego ou função.
- D) Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título.
- E) Qualquer hipótese de contratação de hora extra.